POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NIVEL SUPERIOR PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ESTADO DA BAHIA

Benedito G. Eugenio[1]

Introdução

Nos últimos anos, principalmente a partir da implementação da Lei 9394/96, assistimos a uma profusão de cursos de formação docente em nível superior tanto na modalidade presencial quanto à distância.

As universidades públicas, por meio de convenio com as redes estaduais e municipais, também implantaram programas de formação de professores em serviço. No Estado da Bahia, a universidade federal e as quatro universidades estaduais implementaram programas, em convênio com as prefeituras, para a qualificação dos docentes.

Especificamente com relação aos professores das séries iniciais, com exceção da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), todas as outras ofertaram o curso de Pedagogia. Na UESB, diante de um processo de disputas internas sobre as propostas de curso, articulados às relações de poder, o curso foi denominado de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Fruto do convênio realizado entre a UESB e a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista-Ba, é um curso de formação em nível superior para professores em exercício, funcionando como formação continuada, visto que todos os alunos-professores têm formação inicial em magistério no ensino médio.

São os dados referentes a uma parte da pesquisa ainda em andamento que estamos desenvolvendo sobre o tema, que apresentamos a seguir.

Políticas de formação docente

Segundo Macedo (2002), a necessidade de aquisição de novas competências se faz presente em todos os setores da educação, em especial nas políticas de formação de professores. O objetivo da educação passou a ser o de alienação do trabalhador para conformá-lo ao modelo de produção capitalista. As

[1] Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutorando em Educação-UNICAMP. E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

políticas internacionais determinaram que houvesse modificações em todos os níveis de escolaridade, para adequação à realidade. As primeiras modificações começaram a ocorrer nos locais de formação dos profissionais de educação, posteriormente houve uma redefinição dos currículos para atender a nova proposta de formação dando ênfase à dinamicidade e flexibilidade do profissional. Para isso foram criados cursos de menor período, com a ênfase na formação de trabalhadores para a área educacional.

Espera-se que os novos profissionais sejam capazes de conformar os futuros trabalhadores e prepará-los para o mercado de trabalho. A autonomia dos professores é limitada pelos PCNs, que tem como função padronizar a educação nacional. A formação do educador é fragmentada e totalmente descomprometida com a pesquisa e a criticidade. A autora entende que a formação destes profissionais deva acontecer nas universidades, lugar onde é "possível articular ensino pesquisa e extensão, combinando excelência acadêmica e compromisso político" (p.14).

De acordo com Freitas (1992), a maior parte dos problemas referentes à capacitação do professor se encontram no campo político e nas suas práticas. Especificamente em meados da década de 1980, o Brasil começa a sofrer influência do mercado internacional, que define como padrão a formação de um trabalhador flexível às novas mudanças. Para a capacitação desses trabalhadores, tanto a escola quanto os professores precisam se adequar às novas exigências, se tornando indispensáveis no desenvolvimento de habilidades. A responsabilidade na formação dos profissionais da educação deve ficar a cargo das universidades, que na maioria das vezes não estão estruturadas para isso.

Para tentar solucionar este problema, a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação) propôs um conjunto de elementos relevantes para esta questão, como: ação conjunta entre escolas normais, universidades e secretarias de educação; alteração do currículo e relação entre trabalho e pesquisa.

Segundo Freitas (2002), são dois os movimentos que fomentam as discussões sobre políticas de formação de professores: o primeiro trata dos educadores e a luta por uma reorganização dos cursos de formação de professores; o segundo movimento são os segmentos de mudanças nas políticas públicas na área educacional, que através do surgimento dos Institutos

Superiores de Educação vem atender a formação de professores para a educação básica em nível superior. Algumas medidas foram tomadas para flexibilizar o currículo dos cursos de graduação com o propósito de ajustar o ensino superior aos interesses da adequada produtividade do modelo capitalista e para melhor atender aos diferentes países.

Os países em desenvolvimento passaram a agir com subordinação na área educacional, em especial a formação de professores, atendendo aos reais propósitos dos organismos internacionais e sua política neoliberal.

No final da década de 1970 e início de 1980, os educadores estiveram empenhados em aguçar o olhar para a educação e a sociedade. Órgão como a CONARCFE (Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador) e a ANFOPE atuaram decisivamente para mudanças no paradigma tecnicista de formação docente que reinava nesse período. Nos anos 80 idealizavam-se profissionais de educação críticos, capazes de transformar a realidade da sociedade e da educação. Para isso, era necessária uma formação profissional de caráter amplo, tornando desnecessário o professor especialista.

Não há como pensar na formação do educador sem levar em consideração os problemas relacionados a uma sociedade capitalista desigual, que promove a exploração e a miséria. Essas condições econômicas, políticas e sociais, nas quais o nosso país também está envolvido, são fundamentais para repensar como fazer uma formação de professor que dê conta de contemplar, em seu currículo, os desafios reais de uma sociedade em constante mutabilidade.

Nos anos de 1990 houve embates entre a concepção de educação e formação. Com a implementação das políticas educacionais neoliberais, a educação passou a ser defendida por setores governamentais e empresariais, pois ela se tornou um bem em acumulação de riquezas. De modo oficial, a formação de professores teve como ponto de partida as normas legais e recomendações pedagógicas da educação básica.

A LDB 9394/96 e a formação docente

A Constituição de 1988 previa a valorização de professores, determinando, inclusive, a necessidade do plano de carreira e do ingresso na carreira docente via concurso público de provas e títulos. A nova Lei de Diretrizes e Bases aponta

elementos que nos permitem compreender a política educacional governamental para formação dos professores.

Sheibe salienta que no tocante a esta questão:

> [...] Em primeiro lugar, indicou o ensino superior (Universidades ou Institutos Superiores de Educação) como os locais para a formação desses profissionais. Esta é, evidentemente, uma tendência contemporânea. No entanto, considerada as evidências de falta de condições prévias e de quadros com adequada qualificação em várias unidades de Federação, a nova Lei também admite, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil .e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida na modalidade normal, no nível médio. Através do seu art. 87, § 4º, prevê contudo um prazo máximo de dez anos para a existência dessa modalidade. Após este período, a admissão deverá ser exclusivamente de professores habilitados em nível superior (1999, p. 67).

Em seu texto a autora constata que houve entre 1994 e 1996 o aumento de professores leigos exercendo a educação docente, o número de professores que ocuparam a função docente de nível médio foi bem acima das funções ocupadas por professores de nível superior. O prazo estabelecido pela nova LDB no máximo 10 anos, para formar professores em nível superior, é uma tarefa difícil. Nesse sentido, o país terá um grande desafio em cumprir tal meta, deverá buscar várias alternativas inovadoras para que se efetive essa política mesmo porque "a transformação exige também condições concretas de trabalho, e uma permanente discussão coletiva organizada" (p.73).

Pereira (1999) afirma que apesar do tema Formação Docente sempre ter sido discutido nas universidades e nas faculdades brasileiras, os cursos de licenciaturas permaneciam quase sem modificações do modelo original criado na década de 1930.

Com a Lei de Diretrizes de Base 9.34/96, os debates tomam novos rumos, indo desde os "programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior", "institutos superiores de educação", "curso normal superior" aos "profissionais da educação" e a "base comum nacional". Estes passam a ser o centro das discussões e a educação se transforma no alvo das políticas neoliberais do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), favorecendo as regras do mercado e, conseqüentemente, do capitalismo.

Os currículos de formação de professor, até então, eram baseados na racionalidade técnica e os estudos teóricos eram dissociados da prática até os momentos finais do curso, quando os alunos se deparam com os estágios. O novo modelo acredita que a prática da docência é o eixo principal e deve acontecer desde o primeiro momento, concomitante com a teoria. Entretanto, a urgência de formação de professores em exercício faz com que esta docência seja contabilizada, erroneamente, como carga horária, o que retroage a preparação desses profissionais.

Como se não bastasse, a LDB (art. 63, inciso I; Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE- nº.04/97) ainda garante que qualquer profissional, de qualquer outra área pode atuar como professor. Para isso, basta fazer uma complementação pedagógica de no mínimo 540 horas, sendo que 300 horas devem ser de prática de ensino, restando apenas 240 horas para discussão/estudos teóricos.

No bojo da necessidade de formação em nível superior dos docentes em efetivo exercício nas redes de ensino, o Estado da Bahia também implementou, através de suas quatro universidades estaduais, programas de formação de professores.

Um destes cursos foi o de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, ministrado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB Campus de Vitória da Conquista-por meio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. O público alvo são os professores da rede municipal que ainda não têm formação em nível superior, conforme preconiza a Lei 9394/96. Este curso foi implementado em julho de 2005.

Para a elaboração do projeto pedagógico do referido curso foi criada uma comissão interdepartamental, envolvendo professores do Departamento de

Ciências Exatas, Departamento de Ciências Naturais, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Fitotecnia e Zootecnia, Departamento de Geografia e Departamento de História (UESB, p.3-5).

De acordo com o projeto original do curso e com entrevistas realizadas com alguns dos propositores e com o coordenador, inicialmente o curso foi pensado da seguinte forma:

- A duração mínima de 3 anos e meio;
- Ser ministrado somente no Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- Ser realizada nos moldes dos demais cursos de licenciatura oferecidos pela UESB, inclusive e, principalmente, o curso de Pedagogia.
- 137 créditos exigidos.

A maioria dos itens acima mencionados faz parte do projeto pedagógico original do curso, datado de 2002. Mas seguindo as orientações do CONSEPE, foi deliberada uma nova comissão, denominada Comissão de Adequação do Projeto, com professores da Pró-Reitoria de Graduação, Departamento de Ciências Humanas e Letras e do Colegiado do Curso de Pedagogia, onde ficou estabelecido que o curso fosse, dentre outras coisas:

- De nível superior;
- Com duração de 3 (três) anos;
- Modalidade semestral/presencial;
- Turnos matutino, vespertino e noturno;
- Total de créditos: 127 créditos;
- Totalizando: 2.865 horas.

A justificativa para elaboração e implantação do curso deve-se, principalmente, ao fato de que

> (...) a maioria dos docentes do Estado da Bahia (68,6%), ainda possui nível médio com magistério completo, sendo registrados 8,2% de docentes com nível fundamental incompleto ou completo e, apenas, 15,5% com nível superior com licenciatura completa.

> Quando se analisa o quadro da rede pública municipal do Estado da Bahia, verifica-se que o número de docentes que atua no ensino fundamental, possuindo formação em magistério, chega a 75,9%, sendo que 11,5% ainda possuem nível fundamental incompleto e completo e, apenas, 6,8% possuem nível superior, com licenciatura (UESB 2005, p. 07).

Ainda segundo o projeto pedagógico do curso, esse não é o único motivo para instalação do curso. A UESB, na tentativa de cumprir o papel social que uma universidade deve exercer, cria o Programa de Graduação para os professores da Rede Pública Estadual e Municipal do Estado da Bahia – UESB EM AÇÃO-, para qualificar os professores da rede pública que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental "atendendo a um universo de 400 professores habilitados no processo seletivo" (UESB, 2005,p.08).

Para entendermos melhor o funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental torna-se necessário fazermos algumas reflexões acerca da estrutura curricular, da concepção de professor e a visão professor reflexivo e pesquisador presentes nos documentos normativos do referido curso.

No que se refere à estrutura curricular, o Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com o projeto pedagógico do mesmo e aprovado pela resolução CNE/CP 02/2002, a distribuição da carga horária está composta da seguinte forma:

Prática como componente curricular (PPC) – 400h
Estágio Curricular Supervisionado (ECS) – 400h
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural (CC) – 1.800h
Atividades Acadêmco-Científico-Culturais (AC) -200h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.800h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Inicias do Ensino Fundamental.

De acordo com o projeto pedagógico, a distribuição da carga horária, desta forma, tem como objetivo assegurar a formação do aluno/professor

possibilitando, através das disciplinas, o acesso deste aos conteúdos necessários à sua formação, bem como aos procedimentos teórico-metodológicos indispensáveis para obtenção de uma boa prática pedagógica, uma vez que a prática como componente curricular é privilegiada na estrutura curricular do curso, responsável por 405h, sendo estas divididas em créditos teóricos e práticos.

Outro ponto importante na estrutura curricular do projeto está na inclusão da atividade de pesquisa para formação inicial de professores, responsável por 400h. Isso ocorrerá levando em consideração, mais uma vez, a prática que estes alunos/professores já têm, acrescida de reflexão e de teorização. Assim, além de refletir sobre as suas próprias práticas, eles poderão construir novos conhecimentos levando em conta toda bagagem teórica recebida ao longo do curso.

A atividade de pesquisa é uma preocupação à parte, visto que esta é essencial para a formação integral do profissional em questão. Assim, Pereira (1999) acredita que a importância da realização de pesquisas é fundamental para a mudança de olhar do docente.

Visto que a atividade de pesquisa levará em conta a prática dos alunos/professores e que através desta acontecerá a reflexão - teorização - ação, perguntamos: Qual o tempo que este profissional terá para fazer tal coisa, visto que, a maioria absoluta (97%) dos professores investigados trabalha 40h semanais e estuda 20h? E o que dizer dos 41% que afirmaram não dispor de nenhum tempo para o estudo?

No que se refere à pesquisa científica, os alunos/professores elaborarão e aplicarão um projeto de pesquisa, sendo que os resultados deste deverão ser divulgados, por meio da elaboração de monografia de final de curso. Já as atividades acadêmico-científico-culturais, que se apresentam na matriz curricular como atividades de articulação curricular, totalizando 210h, ficarão a cargo do Colegiado do Curso, que discutirá e deliberará sobre o planejamento de cada semestre, avaliando a necessidade de inclusão desse tempo no calendário universitário aprovado pelo CONSEPE. É importante ressaltar que "ao final do curso, a carga horária total para as atividades acadêmico-científico-culturais, não seja menor do que as 200 (duzentas) horas previstas pela Resolução CNE/CP 02/2002" (UESB, p.21).

Outra questão importante a ser mencionado sobre o projeto pedagógico é a parte referente ao estágio. Este

> (...) não deverá ocorrer de forma fragmentada e pontual, mas como continuação de um trabalho de reflexão-ação-reflexão já realizado durante o curso, principalmente nas atividades de pesquisa e de prática como componente curricular, possibilitando abordar as diferentes dimensões do trabalho do professor e permitindo um processo progressivo do aprendizado (UESB, 2005, p.24).

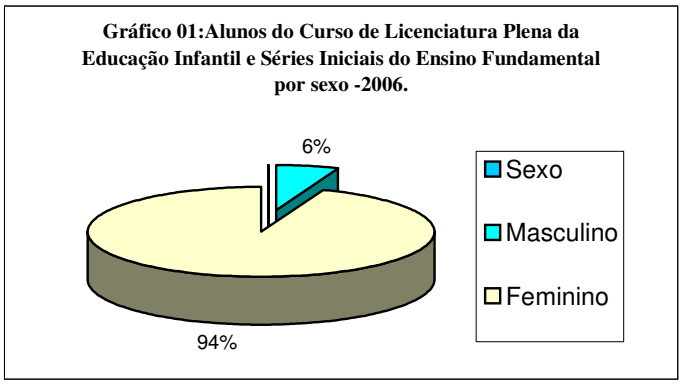
O aluno/professor poderá, ainda, ter seu estágio reduzido, no máximo, em até 200 horas. Assim, poderá ser dispensado de apenas uma das seguintes disciplinas: Prática Docente em Educação Infantil I, Prática Docente em Educação Infantil II e Prática Docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, visto que cada uma das disciplinas possui carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas. Os estágios ocorrem a partir do IV semestre e totalizam 405h na estrutura curricular do curso.

O curso na prática: perspectivas dos atores investigados

Os dados coletados com os alunos foram obtidos a partir da aplicação de questionário como uma das técnicas de coleta. As perguntas tiveram a intenção de conhecer o perfil dos alunos do referido curso, bem como verificar as condições do funcionamento do mesmo. Para melhor visualização dos dados, apresentamos ,a seguir, alguns dados[2].

Pôde-se observar que o curso é composto predominantemente por mulheres, como mostra o gráfico 01.

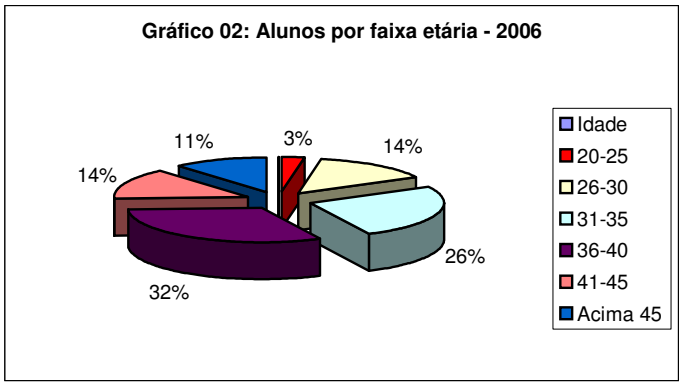
[2] Aqui são apresentados os dados referentes a apenas uma das cinco turmas do curso.



Fonte: Questionário

Este dado está em acordo com os estudos que mostram a docência das séries iniciais como um espaço tipicamente feminino.

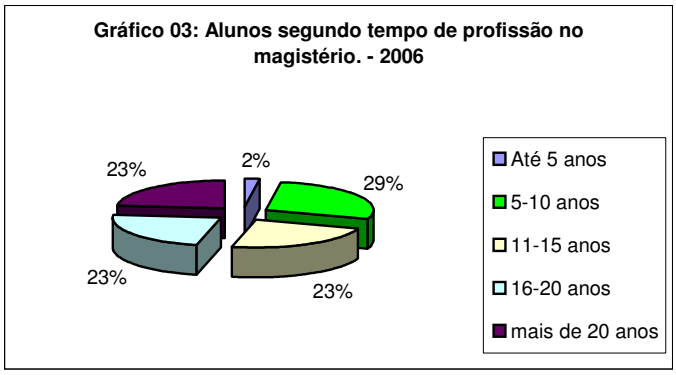
Os resultados da pesquisa (gráfico 02) apresentaram também, que dentre os alunos há diferentes faixas etárias, somente (01) 3% possuem entre 20 a 25 anos, (05) 14% estão entre 26 a 30 anos. Verificamos que a grande maioria dos alunos possui idades acima de 31 anos, pois, (09) 26% estão entre 31 a 35 anos, (11) 32% estão entre 36 e 40 anos, outros (05) 14% possuem entre os 41 e 45 anos, e por fim, a última seqüência aponta (04) 11% para os que se encontram acima de 45 anos, como mostra o gráfico 02.



Fonte : Questionário

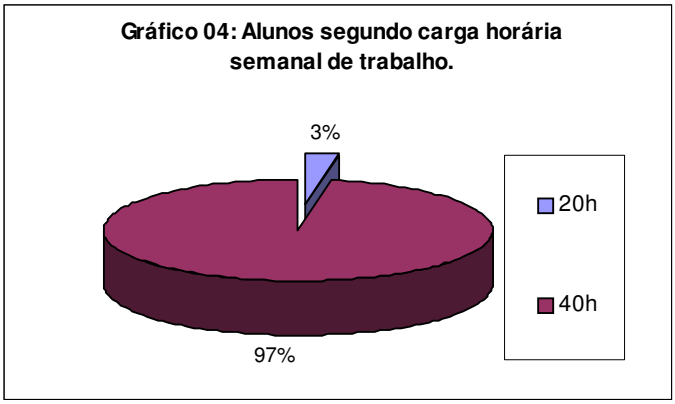
Entre os discentes pesquisados havia diferentes tempos de profissão no magistério. Assim, (01) 2% está atuando como professor do ensino fundamental até 5 anos de docência, outros (12) 29% ensinam entre 5 a 10 anos. Os dados confirmam que a maioria dos alunos está atuando na profissão docente há mais de 11 anos, pois (10) 23% estão entre 11 e 15 anos, (10) 23% se colocam entre

16 e 20 anos, e por fim (10) 23% atuam há mais de 20 anos, conforme gráfico 03.



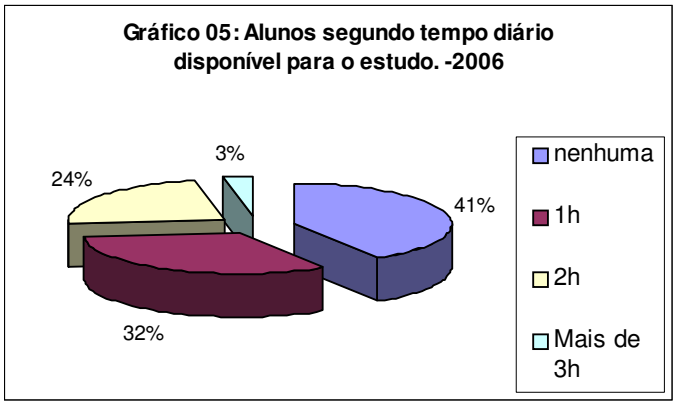
Fonte : Questionário

No que se refere à carga horária semanal, 97% dos docentes trabalha num regime de 40h/semana. Já quando verificamos os dados relativos ao tempo disponível para estudo, constatamos que 73% dos professores não têm tempo suficiente para dedicar-se ao estudo e à reflexão de sua práxis.



Fonte: Questionário

Dentre os discentes pesquisados, apenas (02) 6% disseram nunca ter prestado vestibular antes, (13) 36% já havia prestado vestibular uma vez e a grande maioria, (21) 58%, dos pesquisados já havia prestado vestibular mais de uma vez.



Fonte: Questionário

No questionário existia ainda duas questões abertas que permitiram coletar dados referentes à opinião dos discentes sobre o curso, e avaliar o nível de relação da teoria aplicada com a práxis. Os dados seguintes referem-se à análise das respostas da primeira questão aberta.

Os professores entrevistados, quando questionados sobre o porquê resolveram participar da seleção para ingressarem no curso de licenciatura, apontam como fatores essenciais a melhoria da prática pedagógica, a aquisição de conhecimentos teóricos para embasar sua prática; a necessidade profissional; realização pessoal; não ter conseguido passar no vestibular para fazer outro curso. Outros professores alegaram que estão no curso por uma exigência da rede em que trabalha. Como exemplo, podemos citar a fala do professor 11 e 30:

> Devido à exigência do município (Professor 030).
>
> Por exigência profissional e aperfeiçoamento (Professor 11).

A segunda questão aberta dizia respeito à opinião dos discentes sobre como avaliavam o curso e quais os benefícios que ele trouxe para a prática docente.

Uma parcela significativa admitiu que houve mudanças positivas na ação. 30% avaliaram o curso como bom, 28% como ótimo e apenas um disse que não poderia avaliar. O restante não quis expressar uma qualificação tão específica,

entretanto concordaram com a maioria ao dizer que o curso estimulou a reflexão sobre a ação. Observe nas falas dos professores 11 e 17.

> Está superando as expectativas e conseqüentemente trará benefícios futuros (Professor - 11).

> O curso leva o aluno a refletir sobre sua prática, diagnosticando e buscando novas alternativas (Professor –17).

Com relação às contribuições que trouxe para a prática 88% dos entrevistados reconheceram que influências positivas nortearam as suas ações depois que ingressaram no curso. A maioria concordou que sofreu influencias positivas ao dizer que realizaram transformações em sua prática pedagógica embasadas pelas discussões teóricas oferecidas em sala de aula. Somente 10% disseram que não haviam realizado nenhuma mudança e que o curso estava precisando melhorar em alguns aspectos, como foi possível observar nas falas dos professores 03 e 11.

> É um curso bom, com suas deficiências, mas vem mudando o meu olhar (Professor – 03).

Alguns se queixaram da falta de tempo para o estudo, mas apenas o professor 14 criticou dizendo que

> o curso está pecando por não nos dá oportunidades de pesquisa quando estamos 40h em sala de aula (professor – 14).

8% disseram que depois que ingressaram no curso despertaram para o hábito da leitura, prática que até então não era freqüente em suas vidas.

Apenas 20% dos pesquisados disseram que mesmo não tendo conseguido passar em outro vestibular estavam satisfeitos com o curso, pois estavam na área em que desejavam se aperfeiçoar. Como o caso do professor 9.

> Porque eu quero fazer vestibular para cursar Letras e este curso me dá ânimo para estudar e também porque eu gosto

> muito desse curso. Ele está dentro do que eu quero me especializar - Educação (Professor-9).

Em suma, a análise dos dados do questionário nos possibilita dizer que o Curso de Licenciatura Plena da Educação Infantil e Séries Iniciais e Ensino Fundamental é formado majoritariamente por pessoas do sexo feminino, com faixa etária entre 36 e 40 anos, com aproximadamente de 6 a 10 anos de exercício da profissão, que trabalham 40h semanais, não dispõem de tempo diário disponível para o estudo, cursaram todo o ensino médio em escola pública e que já haviam tentado por mais de uma vez o ingresso na universidade; prestando vestibular. Quanto ao curso, a maioria dos discentes avalia que está em bom funcionamento, apesar de não terem computadores e livros em número suficiente.

Também foi possível constatar que a maioria dos discentes que participam do curso sentia uma enorme necessidade de aperfeiçoarem a sua práxis e, dentre os fatores tidos como empecilho para o crescimento profissional, o mais citado foi o excesso de trabalho, deixando evidente que este fato é um grande obstáculo para o bom desenvolvimento do curso.

A falta de tempo para o estabelecimento da relação entre teoria e prática, acaba se tornando um grande entrave para o desenvolvimento positivo dos profissionais dessa área. Sem o aporte teórico necessário, não pode haver transformações na educação, o que acaba por impedir a aquisição de conceitos, que incentivem a percepção e agucem o senso crítico.

A necessidade de conseguir um diploma de nível superior fez com que muitos dos alunos participassem da seleção sem nenhuma motivação pessoal, fato que legitima o discurso neoliberal de que os trabalhadores precisam se aperfeiçoar para não perderem suas vagas no mercado de trabalho, pois quanto mais capacitação mais chances o trabalhador terá de manter o seu emprego.

O curso é formado por professores da rede municipal de Vitória da Conquista, com a faixa etária variando entre 24 e 55 anos de idade e que não tinham nenhuma formação específica, além do magistério. Assim, na tentativa de criar um curso que tivesse as características do curso de pedagogia existente na UESB e levando em conta outras experiências do tipo ocorridas nos Estados

do Rio de Janeiro e de São Paulo, o município de Vitória da Conquista, em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, elabora

> [...] uma proposta de formação em ação, onde o professor continuaria trabalhando (entrevista com o propositor 1).

Para garantir uma boa qualificação aos discentes, todos os professores que lecionam atualmente no curso passaram por uma seleção e obedeceram alguns critérios como: efetuar cadastro, ser efetivo da UESB, maior titulação e lecionar a disciplina que ele almejava no curso regular de Pedagogia. Assim, professores especialistas, mestres, doutores, mestrandos e doutorandos atuam em quatro turmas que funcionam de segunda a sábado, sendo oferecidas seis disciplinas por semestre. Entretanto, nenhuma destas disciplinas aborda questões de gênero, etnia e sexualidade. Estas questões aparecem apenas como tópicos de estudos ficando a cargo dos alunos a opção por cursá-las ou não, como afirma o coordenador

> Não, no fluxograma do curso não consta. Agora, nós temos tópicos em educação que abordam essas questões. Porém, os alunos que escolhem qual tópico que será usado ou trabalhado no semestre. Nós temos cerca de vinte e dois tópicos de estudos em educação, com 45 ou 60 horas. Porém não posso garantir que eles vão trabalhar com essas questões, porque a escolha é deles, como se fossem disciplinas optativas (entrevista com o coordenador pedagógico).

A concepção básica trabalhada no curso é a docência. A escolha se deu através de uma negociação entre a UESB e a Prefeitura de Vitória da Conquista, onde foi percebida a necessidade de formar os professores que atuam especificamente como docentes. Porém, nada impede que além da docência eles também adquiram o hábito da pesquisa.

> Agora, é claro que o encaminhamento que está sendo dado ao curso, é formar professores pesquisadores. Há disciplinas do primeiro ao último semestre com enfoque na pesquisa. Agora, no projeto está claro que a concepção é para atuar como docente (entrevista com o coordenador pedagógico).

Quando questionado sobre a concepção de homem e de sociedade que orienta a organização do curso, o coordenador nos disse que se preocupa com a formação do cidadão e com o exercício da cidadania em prol de uma sociedade mais democrática. No entanto, nem sempre isso é possível, pois

> [...] percebemos algumas divergências com relação a abordagens diferenciadas de cada professor em sua prática com os alunos (entrevista com o coordenador).

A coordenação do curso vem enfrentando alguns problemas, principalmente, em relação ao não cumprimento do programa estabelecido. Isso ocorre porque o curso fica entre a administração da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e da própria UESB e qualquer problema que ocorra nestes setores acaba provocando entraves. A tentativa de solucionar estes problemas é feita a partir de reuniões com os alunos, para orientá-los na participação das reivindicações e também com conversas com os professores, ouvindo-os e pedindo

> [...] sugestões ou caminhos pelos quais devemos seguir para que o curso mantenha uma certa qualidade (entrevista com o coordenador).

Ao perguntarmos se ele mudaria alguma coisa em relação ao curso, o coordenador nos disse que mudaria a

> [...] questão do tempo, porque os alunos têm aulas de segunda a sábado e o curso acontece em três anos. O curso deveria funcionar em quatro anos, de modo em que o aluno

> tivesse mais tempo para realizar mais estudos, e garantir uma melhor qualidade. Como eles trabalham quarenta horas e tem aulas de segunda a sábado, eu acho o tempo muito apertado para os estudos (entrevista com o coordenador).

Diante das considerações aqui realizadas, verificamos a necessidade de repensarmos as políticas de formação para docentes em efetivo exercício nas redes públicas de educação básica, pois corremos um sério risco de diplomar milhares de professores que não adquiriram, na universidade os conhecimentos necessários ao pleno exercício da sua profissionalidade.

Na continuidade da pesquisa outros elementos têm sido considerados, tais como os saberes construídos no decorrer do curso; o aprendizado da docência; a relação com a pesquisa; a saúde docente. Algumas das temáticas estão sendo investigadas pelas próprias professoras-alunas do curso, sob nossa orientação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9394/96. Brasília, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projeto de formação.**Educ. Soc**.** Set. 2002, vol. 23, no. 80, p. 136- 167.

FREITAS, Luiz Carlos**. Em Direção a uma Política para a formação de Professores.** *Em Aberto*, Brasília, Ano XII, 54, p. 2-23, Abr.-Jun./1992.

MACEDO, Jussara Marques. **Reestruturação Produtiva e Políticas de Formação de Novas Competências Para o Trabalho Docente.** In: Reunião anual da Anped, XXV, Caxambu (MG), set./2002

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. *Educ. Soc.*, dez., vol.20, no.68, 1999. p.109-125.

SHEIBE, Leda. **Política Educacional e a Formação do Magistério no Ensino Médio**. In BICUDO, Maria Aparecida Vigianni e SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. São Paulo: Editora UNESP, 1999 (pág 65-74).

UESB. **Projeto Pedagógico Curso De Licenciatura Em Educação Infantil E Séries Iniciais Do Ensino Fundamental**. Vitória da Conquista. 2005.